

DO ANÁTEMA À VENTURA: O PAPEL AXIAL DA MULHER NA CULTURA OCIDENTAL, DA TRADIÇÃO À TRANSGRESSÃO

SANTOS, Edison Luís dos¹

Resumo: O imaginário coletivo constrói-se através de práticas discursivas que expressam concepções que os povos têm acerca do seu lugar no universo, reforçando nosso sistema de etiquetas, mais compatível com o passado de “suposições”, ideias preconcebidas, imperativos arbitrários de uma ordem social de dominação. Discute-se a herança das culturas judaica, cristã e grega, na formação do discurso do Ocidente, unilateralmente cimentado sob o ponto de vista patriarcal. Por meio de análise crítica e diálogo interdisciplinar, tangenciamos conceitos fundacionais do judaísmo que mantiveram as mulheres longe do estudo; aspectos da misoginia medieval cristã que nutriu a diferenciação dos sexos em benefício dos homens e a crítica da “democracia ateniense” por reservar lugar subalterno às mulheres nas decisões da vida pública, confinando-as ao gineceu e ao monopólio masculino da língua e produção do conhecimento. Busca romper com o silêncio acadêmico em relação às imagens distorcidas e estereótipos que pesam sobre o feminino. É na linguagem, local de interpretação, diálogo, interrogação, comentário, riso, desobediência sagrada, teimosia persistente, luta e demanda de benção — lugar da metáfora — que a Mulher aguarda ser reconhecida como igual.

Palavras-chave: Cultura ocidental. Mulheres. Ciência. Linguagem. Androcentrismo.

1. Introdução

O imaginário coletivo constrói-se através de práticas discursivas que expressam a visão que os povos têm acerca do destino e do seu lugar no universo. Ao longo de sucessivos processos civilizatórios, essas práticas discursivas desempenham importante papel na formação da sociabilidade cultural de homens e mulheres. Com o tempo e o acúmulo de experiências, reforça-se o sistema de etiquetas, mais compatível com o passado de “suposições” e ideias preconcebidas, sem que os imperativos de uma ordem social arbitrária de relações de dominação sejam questionados. Cada um se conforma porque os outros também obedecem.

A representação do papel subalterno da mulher em diferentes formações socioculturais gerou permanências nas relações simbólicas que se configuram no interior de práticas discursivas falo-narcísicas. Tais relações simbólicas, de acordo com Pierrer Bourdieu (2007), funcionam como articulações das relações de classe e como tal são instrumentos de poder e dominação: “o campo simbólico reproduz o campo das relações de produções sociais. Os sistemas simbólicos têm a função de ordenação lógica

¹ Doutor e Mestre em Ciência da Informação (ECA-USP), bacharel em Linguística e Biblioteconomia (USP). Atualmente, faz Pós-Doc no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP). edisonlz@alumni.usp.br.

ou de representar coerentemente o mundo e esta função, em uma sociedade de classes, assume um aspecto eminentemente político de legitimação de hierarquias sociais”.

Abordamos a herança das culturas judaica, cristã e grega, na formação do discurso do Ocidente, que foi cimentado unilateralmente sob o ponto de vista masculino. Esta matriz androcêntrica² foi avessa à participação da mulher na produção do saber, negando-lhe o acesso à prática mais prestigiada de cultura intelectual: o estudo da ciência, privando-a igualmente de expressar voz e desenvolver o apreço pelo ato de conhecer. Fortemente calcado na devoção ortodoxa (negação da sedução) e obediência servil, tal legado aprisionou as mulheres ao “monopólio masculino da língua e produção do conhecimento”.

Na cultura judaica, a atribuição do papel social feminino vincula-se ao principal pilar do judaísmo: a celebração do Shabat (dia consagrado ao repouso), cuja memória litúrgica do tempo santificado revigora o sistema de crenças do judaísmo. Sob domínio e inscrição do homem, as narrativas bíblicas de tempos passados preservaram a memória judaica da erosão inexorável do tempo, pois tiveram a intenção de resguardar a imagem divina da criação. Ao mesmo tempo em que a noção de repouso sabático representa transcendência dos limites do tempo histórico, enquanto vivência antecipada do tempo messiânico, também constitui a base da estabilidade da organização social da cultura judaica: o homem, responsável por seu destino, é protagonista da história, sua responsabilidade desloca-se do reino da natureza (ou cosmos) para o plano da história.

No exame da democracia ateniense de participação restrita, os direitos políticos eram exercidos apenas pelos cidadãos (homens). Estrangeiros, mulheres e escravos não possuíam cidadania e estavam proibidos pelas leis atenienses de participar do regime democrático. Essa democracia escravista forneceu as bases econômicas e políticas para o desenvolvimento da cultura clássica, mas é notório o lugar subalterno que ocupavam as mulheres, confinadas ao gineceu (parte da casa [*oikos*] reservada às mulheres). Eurípides ousou transcender a misoginia popular denunciando esta condição atroz da mulher que vivia excluída da vida pública, limitada aos fazeres domésticos impostos

² Androcentrismo é um termo criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903; está intimamente ligado à noção de patriarcado. Entretanto, não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina.

pelo casamento. Medeia era respeitada porque dominava certos saberes, porque era dotada de *Sophé* (palavra usada no século V para designar não só a habilidade do artesão e do poeta, mas a sabedoria adquirida pela experiência e pela reflexão). A um só tempo, uma mulher imbuída de paixão e sabedoria. (BORGES, 2005, p. 672)

No âmbito do legado discursivo androcêntrico, imagens estereotipadas do feminino, centradas no lugar-da-falta (*in absentia*), foram sendo cristalizadas por múltiplas construções parafrásticas e contribuíram para a inscrição axiológica transversa do papel feminino. Somente no século XIX assistimos à emergência dos movimentos sociais e a ação coletiva das mulheres que puderam conhecer a possibilidade de pensar sua condição existencial, não em termos de sexualidade reprodutora e um destino biológico condicionado, mas enfrentando imposições sociais fundadas no direito “natural e legítimo” do mais forte.

2. Mulheres na ciência: o paraíso adiado

Na cultura judaica, coube à mulher a tarefa privilegiada de cuidar do dia consagrado ao repouso divino, ao mesmo tempo em que por séculos a fio lhe foi negado o acesso aos estudos, deleite este conferido somente aos homens (e apenas àqueles que foram devidamente circuncidados). Muito se escreveu sobre o Shabat,³ confirmando sua posição proeminente na preservação da tradição e cultura judaica. O Shabat, a santidade familiar e a sexualidade são os preceitos éticos que formam os três pilares do judaísmo.

O Shabat é o dia santificado, ordenado por Deus como o dia de descanso após a Criação. A. J. Heschel diz: “aatedral do judeu é o Shabat” e segundo Milgram, “o deleite do Shabat representa o antegozo da completa ventura que aguarda os homens bons no mundo do porvir” (FUNDAÇÃO FRITZ PINKUSS, 1961, p. 8). Tem papel de centralidade na fundação do *ethos* judaico, pilar sagrado na perspectiva do infinito, pois o *tempo* dignificado no judaísmo tem primazia sobre o espaço: sua lembrança reforça a natureza do pacto ético firmado entre Deus e o homem, que o faz recordar continuamente o Pai Criador e a própria dádiva da criação.

³ *Shabat* é uma palavra derivada do hebraico שבת, *shabbāt*, “descanso”; *Shabbos* ou *Shabbes* na pronúncia asquenazi é o nome dado ao dia de descanso semanal no judaísmo, sendo observado a partir do pôr-do-sol da sexta-feira até o pôr-do-sol do sábado. O Shabat representa o sétimo dia da semana, correspondente ao dia que se seguiu à Criação do Universo, quando então o Eterno descansou (Êxodo 20: 8-12). Conforme já cristalizado pela memória da tradição javista criacionista, subentende-se que se retirando para o repouso, Deus não só deu por acabada a sua obra, justificando-Lhe o descanso como também se eximiu de responsabilidade sobre o destino do homem.

Compete ao homem seguir o caminho indicado por Deus (*Halakhah*) – conceito que remete a um sistema de leis e preceitos que rege a vida dos judeus ortodoxos que buscam imitar a imagem do Eterno em sua perfeição. Cabe ao homem escolher um caminho que o aproxima de Deus ou escolher outro destino para si; sua história passa pelas ações *hic et hunc*; ele não pode se furtar à tarefa de assumir as responsabilidades correlatas a cada escolha porque nesta luta paradoxal – concebida como resposta humana ao desafio divino – homens e mulheres seriam igualmente criadores de sua própria história. O cuidado e obediência aos preceitos do Shabat foram concedidos à mulher, sob a alegação de que a “graça já lhe pertence” por natureza, privando-a de acesso aos estudos e à ciência. A construção desse papel vinculado à vida doméstica aprisionou as mulheres que se viram limitadas à condição de filhas, esposas e mães. As atividades de cunho espiritual elevado tornaram-se uma exclusividade masculina.

3. Longe dos estudos: tempo de lembrar... repousar... esperar

Numa projeção temporal cíclica da existência, o Shabat é o ponto de partida para compreender o papel da mulher no judaísmo desde os primórdios. A essência do judaísmo remete a este pilar messiânico, reversível pela memória em ritual que assegura a sua permanência. Cumpre entender o papel de centralidade deste “ pilar ” na representação do feminino, pois a tarefa de “cuidar” do Shabat foi atribuída, exclusivamente, à mulher, com a condição de que se mantivesse longe dos estudos, tarefa exclusiva dos homens. Qual o preço? Mais próximas do Shabat, porém mais longe dos estudos, privadas de um lugar ao sol no éden da ciência.

O ato de lembrar foi determinante na definição do papel axiológico de Eva, modelada *a posteriori* a partir de uma costela de um homem (Gên 2: 18-23), quanto na passagem da “queda” (Gên 3, 16), seguida de castigo pela desobediência a Deus. Lembrar é um imperativo para não esquecer e cuja intimação da memória atua tanto a serviço de Deus quanto em benefício de quem recorda o passado: “Lembra-te dos dias antigos, considere os anos das gerações passadas” (Deut 32: 7); representa a necessidade de imitar a Deus, e de reviver ciclicamente o tempo santificado, o dia do Shabat: “Lembra-te de santificar o dia de sábado... porque em seis dias o Eterno fez o céu, a terra, o mar... e repousou no sétimo dia. Por isso abençoou o sábado [*Shabat*] e o consagrou”. (Êx 20: 8-11) Tais episódios bíblicos recuperados pela memória, embora

vitais na preservação da cultura judaica, conformaram à mulher um estatuto social inferior. Dois valores primordiais parecem ser inerentes à noção do Shabat: “Graças ao Shabat estabeleceu-se solidamente o princípio segundo o qual os homens têm o direito de viverem livres da escravidão imposta pela ininterrupta labuta e de gozarem no seu sentir e pensar a liberdade necessária para que ambos possam desabrochar e refletir a sua origem divina”. (FROMM, 1987, p. 7)

Na história do povo judeu, o Shabat é a razão de existir e existir na plenitude da liberdade. Foi incluído com destaque entre os Dez Mandamentos porque “expressa a ideia central do judaísmo: a ideia de liberdade, de completa harmonia entre homem e natureza e entre homem e homem; a ideia da antecipação do tempo messiânico e da derrota, pelo homem, do tempo, da tristeza e da morte”. (FROMM, 1987, p. 155) Sem este valor essencial a ele atribuído, o povo judeu não teria subsistido há tantas humilhações e intempéries durante séculos: o Shabat é um dos responsáveis por garantir a sobrevivência e a identidade do povo judeu no curso de sua própria história, e através da História.⁴

De posse do livre-arbítrio, os homens tomaram para si a tarefa de governar o mundo, criando aparato simbólico sustentado por atribuição de *papéis culturais* (somente à mulher foi concedido o direito de cuidar do Shabat); *papéis sociais* (no casamento, a função da mulher é servir ao homem e cuidar da casa) e *papéis sexuais* (a mulher foi feita para aliviar a solidão do homem, “para com ele se deitar, e reproduzir”). Uma das modalidades dessa ideologia androcêntrica, presente em diversas culturas e elaborada unicamente sob o crivo masculino, é a representação da inferioridade feminina por meio de “arranjos socioestruturais que excluem a mulher da participação, ou mesmo do contato, com o domínio em que se acredita estarem depositados os poderes da sociedade.” (ORTNER, 1974. *Apud* BOYARIN, 1994, p. 117-18)

As mulheres judias gozam do privilégio nas obrigações sabáticas, mas são terminantemente proibidas de estudar a *Torah* — escrituras religiosas judaicas que

⁴ Asheri argumenta que “o Shabat é um dos maiores presentes que Deus concedeu aos judeus, e os historiadores do povo judeu repetidamente afirmaram que ‘tanto quanto Israel manteve o Shabat, o Shabat manteve Israel’. O Shabat, sem dúvida, constitui uma das forças mais poderosas na preservação dos judeus como um povo, durante séculos de exílio e perseguição”. (ASHERI, 1987, p. 134-35)

contém a lei oral, a doutrina, a moral e as tradições dos judeus (também conhecido como Pentateuco ou Lei mosaica).⁵

4. Anátema do éden: misoginia medieval e o ‘fogo’ da carne

No período da “revolução metalúrgica”, no seio da qual se desenvolveu a civilização helênica (séc. V ao I a.C.) e a românica (séc. I ao séc. IV a.C.), beneficiárias da tecnológica do ferro, invenção da escrita fonética, moeda cunhada, a formação sociocultural dos impérios mercantis escravistas evoluiu a partir do desenvolvimento dos estados rurais artesanais de modelo privatista. (RIBEIRO, 1968, p. 108) A riqueza de alguns homens livres, tornados empreendedores pelas façanhas individuais, era garantida à custa da escravidão da maioria da população, principalmente as mulheres.

As negociações culturais entre o helenismo judaico (Fílon), caracterizada pela profunda repulsa da carne, o medo da sexualidade e da mulher, e o judaísmo rabínico que estimava a carne, a mulher e a sexualidade, desde que sob controle, resultou na misoginia vulgar cristã do período medieval. Ora, indissociavelmente atrelada à construção de identidades culturais que se forjam ao longo da história, a memória de um povo é relevante porque as decisões do presente são tomadas com base no modo como homens e mulheres entendem, pensam e/ou representam o passado. Nesse sentido, a Bíblia não é apenas um sistema de normas e preceitos que devem ser obedecidos pelos mortais, mas também um registro de acontecimentos da História. Algumas imagens primordiais difundidas no Velho Testamento (sobreviventes na memória coletiva da civilização) não permitem vislumbrar as vozes femininas como partícipes e sujeitos da história. O propósito foi o de mantê-las afastadas do poder, conferindo-lhes papéis – submissos ou secundários – e sob o rígido controle do discurso dominante.

Quando o filósofo Santo Agostinho (354-430 d.C.), um dos pais dos princípios eclesiais da autoridade cristã, afirma que “A mulher não foi feita à imagem de Deus” (*Mulier non facta est ad imaginem Dei*), introduz um novo estatuto para a representação da mulher, determinante para a domesticação dos costumes medievais e a difusão da misoginia medieval. Na maioria dos textos medievais que versam sobre demonologia, a

⁵ *Talmude* [heb. *Talmúd* 'estudo, ensino, doutrina', der. da raiz heb. *lamád* 'estudar, aprender', e uma abreviatura de *Talmud Torá* (estudo da Torá)]: é um dos livros básicos da religião judaica, contém a lei oral, a doutrina, a moral e as tradições dos judeus. Surgido da necessidade de complementar a Torá, foi editado em aramaico como um extenso comentário sobre seções da Mixná, reunindo textos do século III até o século V. (Cf.: Novo Dicionário Aurélio Século XXI, 2002).

vítima do diabo, por excelência, é a mulher, cujo fundamento encontra-se nas crenças da Antiguidade (Velho Testamento) que são também largamente difundidas na Idade Média pelos valores morais incorporados pelo cristianismo. (NOGUEIRA, 2000, p. 42)

Nessa época em que o cristianismo se firmava pela cólera e o radicalismo no combate às heresias que desafiavam sua doutrina, Hipátia, mulher pioneira nos estudos científicos e que contribuiu para o desenvolvimento da matemática, foi assassinada por se negar à conversão. Em nome dos costumes, os monges de Cirilo assassinaram-na sem escrúpulo. Cirilo não suportou a sabedoria de Hipátia, capaz de pôr em dúvida as doutrinas cristãs ao exercer, com modéstia, o método científico. Em *Vida de Isidoro*, Damascio relata que “Cirilo se corroia a tal ponto que tramou o assassinato dessa mulher de maneira que acontecesse o mais cedo possível”. (BÁEZ, 2006, p. 109)

Embora pouco conhecida na história, Hipátia foi a primeira mulher assassinada por ser uma pesquisadora da ciência. Era a filha mais bonita de Teão, bibliotecário em Alexandria, que havia escrito tratados de geometria e música. Seu pai era um erudito reconhecido, mas ela o superou em tudo e chegou a possuir o domínio total da astronomia e matemática de seu tempo. Na primavera de 415 d.C., uma multidão de monges devotos, liderados por um tal de Pedro, seguidor do venerável Cirilo, bispo de Alexandria, sequestrou-a. Hipátia se defendeu e gritou, mas ninguém ousou ajudá-la. O terror se impôs e, dessa forma, os monges puderam levá-la até a igreja de Cesário. Ali, à vista de todos, golpearam-na brutalmente com telhas. Arrancaram-lhe os olhos e a língua. Quando já estava morta, levaram o corpo para um lugar chamado Cinaro e o despedaçaram, arrancaram os órgãos e os ossos e finalmente queimaram os restos. A intenção final não era outra senão a aniquilação sumária de tudo quanto Hipátia significava como mulher.

Nesse contexto de disputa política, cultural e religiosa pelo controle ideológico sobre as massas incautas, os valores dominantes são heranças do legado patriarcal judaico-cristão: misoginia popular, democracia masculina (entre pares), submissão da mulher e desprezo pelos poetas e artistas (ímpares). O homem projeta seus temores e angústias na representação da ordem divina. Cria as suas representações com base em seu universo linguístico-cultural, conformando-se à axiologia de seu tempo.

O livre-arbítrio permitiria encarar os desafios de sua inserção na história. No episódio da “Queda” de Adão e Eva, o ato de escolha foi determinante: a expulsão sumária do Paraíso. É preciso rever criticamente representação e significado do papel feminino, conferidos (desde a concepção original) pela voz masculina. Paradoxalmente, ao modelar a imagem da criação divina, o homem patriarcal afasta-se do projeto igualitário de Deus; concebe, de forma discutível, noções de hierarquia e subordinação atribuídas aos papéis axiais de homem e mulher. O princípio de igualdade da primeira menção sacerdotal (Gên 1: 27) que confirmava a criação simultânea dos sexos não prevaleceu sobre o estatuto cronológico primordial de Adão sobre Eva:

Muitos historiadores relacionam Eva com a deusa hitita Heba, filha do deus da tempestade, que cavalgava nua um leão. No Gênesis, não há referência à primeira mulher de Adão – Lilith –, mencionada em lendas judaicas posteriores e lembrada pelo profeta Isaías; a perversa e sedutora Lilith seria uma versão hebraica de Lilitu, espírito maligno babilônico. (SCLIAR, 1994, p. 18)

Um detalhe frequentemente omissivo: Lilith era a lua negra? A tensão se prolonga, conforme ilustra o relato da origem javista da criação, pois Deus criou, primeiramente, o homem a partir do barro (Adão quer dizer, hebraico, *adamá* = terra). Já a mulher surge depois, modelada a partir de uma “costela” deste que fora feito do barro, ou seja, não é um todo, mas uma parte deste todo; e como um complemento secundário, adjutório e derivacional, tem a função de preencher a existência solitária do homem primevo.

E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. [...] E disse o Senhor Deus: – Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele. Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo animal do campo e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo o animal do campo; mas para o homem não se achava adjutora que estivesse como diante dele. Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas e cerrou a carne em seu lugar. E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher; e trouxe-a a Adão. E disse Adão: – Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; esta será chamada varoa (‘vir-ago’), porquanto do varão foi tomada. (GÊNESIS 2: 7, 18-23) [grifos meus]

De acordo com essa tradição, Adão não é o ser primordial somente em relação ao tempo, mas também precede Eva ontologicamente. Tal cisão primeva atesta a instância fundadora de uma lógica falocêntrica que dominará todo o pensamento misógino ocidental. Concepção interpretativa perturbadora, se pensarmos que a apropriação desse relato implicou em um conjunto de relações sígnicas preconceituosas, de justificações

depreciativas do papel da mulher, culminando com a brutalidade do período inquisitorial conhecido como “caça às bruxas” (milhares de mulheres foram duramente reprimidas e queimadas ainda vivas, após serem submetidas aos preceitos do *Malleus Maleficarum*, manual escrito pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, em 1484); o manual continha uma prescrição incisiva: “a bruxaria nasce do desejo carnal que na mulher é insaciável”. As mulheres acusadas de bruxas eram ainda responsáveis por todos os casos de impotência, falsa gravidez, onanismo, sodomia *et caterva*. O resultado desse construto ideológico é que aproximadamente 180 mil pessoas foram queimadas nas fogueiras europeias, entre 1400 e 1500 d.C.

Ao longo dos séculos, as representações da mulher nas passagens do *Gênesis* moldaram boa parte do discurso político-religioso sobre o caráter e a compleição das mulheres, confirmando seu papel de mera coadjuvante e personagem secundária na história, porque, nesta interpretação díspar, a mulher veio ao mundo depois do homem, na forma de um adjutório retirado de sua costela. Dessa disparidade primordial deriva boa parte da misógina pós-queda do paraíso: “a Queda é uma mera consumação ou conclusão lógica do que está implícito na criação, primeiro Adão e depois Eva. Pois a mulher da versão jeovista, concebida desde o começo como secundária, derivada, subsequente e complementar, assume o fardo de tudo aquilo que é inferior, depreciado, escandaloso e perverso, durante a articulação fundadora dos sexos nos primeiros séculos do cristianismo”. (BLOCH, 1995, p. 34) No período obscuro medieval, a mulher foi amaldiçoada por ter comido o fruto proibido, transformando-se em anátema do Éden: “À mulher, Deus disse: – Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor; teus desejos te impelirão ao teu marido e ele te dominará”. (Gênesis 3: 16)

5. Estrangeiros, mulheres e escravos: um pote de mágoas

No mundo grego, a riqueza de alguns homens livres, tornados empreendedores pelas façanhas individuais, era garantida à custa da escravidão da grande maioria da população. A democracia ateniense era de participação restrita e os direitos políticos eram exercidos apenas pelos cidadãos. Os estrangeiros, as mulheres e os escravos não possuíam cidadania e estavam proibidos pelas leis atenienses de participar do regime democrático.

De acordo com um mestre da eloquência grega, Isócrates, o termo “grego” assumiu, no auge do helenismo, uma dimensão mais abrangente; não se referia apenas a um povo ou uma determinada civilização, mas designava uma mentalidade, uma cultura e uma civilização. Desse modo, era “heleno” todo aquele que possuía uma educação e uma cultura gregas: “a nossa cidade se distanciou dos outros homens, no que toca ao pensamento e à palavra, que os seus alunos se tornaram mestres dos outros, e o nome dos gregos já não parece ser usado para designar uma raça, mas uma mentalidade, e chamam-se helenos mais os que participam na nossa cultura do que os que ascendem a uma origem comum”. (ISÓCRATES. Panegírico [Fragmento]. *Apud* FREITAS, 1977, p. 78) Quem fosse contra o regime democrático grego ou suspeito de conspiração era exilado de Atenas por dez anos, segundo uma medida de repressão preventiva criada por Clístenes (“ostracismo”).

A escravidão tanto na Grécia como em Roma garantiu a prosperidade econômica dos ricos comerciantes, armadores, militares e industriais, aliada a uma agressiva política imperialista que buscava ampliar o império marítimo (talassocracias) e estender a supremacia territorial. Para Darcy Ribeiro, “A minoria rica torna-se, assim, cada vez mais poderosa, e as massas subalternas, livres ou escravas, cada vez mais miseráveis, agravando as tensões sociais até limites extremos. Legaliza-se o direito de o cidadão vender-se a si próprio e aos filhos, o que vem a ocorrer com certa frequência nos períodos de penúria; generaliza-se a prática de submeter os devedores à servidão temporária e até mesmo a do apresamento de cidadãos da mesma etnia, nas guerras entre cidades, para fazê-los servir como escravos”. (RIBEIRO, 1968, p. 111)

O apogeu da democracia coincide, pois, com o regime de mercantilismo escravista e a expansão imperialista. A universalização dos valores culturais que impulsionavam o espírito de abertura fez da civilização grega o centro cultural do mundo; permitiu que os gregos criassem uma identidade cultural, a partir do contato com outros padrões de cultura. Tal florescimento intelectual iniciou-se no final do século VII a.C., quando os gregos tomam conhecimento da própria individualidade e autonomia, quando são defrontados com o “outro”, na presença do “estrangeiro”, de outros povos e culturas:

Após este breve panorama social, político e econômico da civilização grega clássica, no qual as revoluções tecnológicas tiveram papel decisivo na geração e

disseminação do *ethos* grego, passamos ao estudo do drama feminino na obra de Eurípides, que condena o fato de as mulheres serem reclusas no gineceu. Eurípides apenas tentou revelar a condição humana tal como ela realmente é: comumente perversa e fraca; consumida pelo desequilíbrio emocional, vítima do impulso incontido, escrava das paixões inebriantes, arrebatadoras.

Na sociedade de Atenas, corroída pelo ceticismo, as ações dos deuses andavam desacreditadas e a condição social da mulher era degradante. Eurípides compreendeu essa particularidade de seu tempo, e não poupou críticas por vezes compartilhadas pelo público helênico: “Eurípides aproximara-se da vida e embrenhara-se mais profundamente no estudo da alma humana, agitada pelos conflitos de paixões adversas e devastadoras”. (ROCHA PEREIRA, 1968, p. 5)

A tragédia resume a expressão desesperada do homem que luta contra as adversidades, mas não consegue evitar a desgraça e o infortúnio, a exemplo da luta existencial travada por Medeia contra o destino. Coube a Eurípides a paternidade dessa vultuosa criação literária que fez de *Medeia* um drama de amor e paixão; só a vingança pode satisfazer a cólera desta mulher revoltada por ter amado cegamente o ambicioso Jasão, ingratião que a sufocou até se tornar “um pote até aqui de mágoa”. Nessa obra, a vingança da mulher injustiçada produz o efeito purificador da catarse, cuja situação dramática de extrema intensidade e violência traz à tona sentimentos de terror e piedade dos espectadores, proporcionando-lhes o alívio desses sentimentos: “A vingança deverá satisfazer sua cólera. Nesse sentido, a mulher assume dimensão heroica, aproximando-se dos grandes heróis que, feridos na honra, alimentam a vingança, pois não suportam a vergonha e o riso dos outros.” (EURÍPIDES, 1991, p. 12)

A evolução do estado psicológico passional da protagonista é o centro do drama, contaminado pelo ódio desde o início: “tudo lhe é odioso, e aborrece-a o que mais ama”, com suas alternâncias de atitudes, ora de amor materno, ora de fúria desesperada (a *hybris* é uma manifestação emocional desmedida do orgulho ou arrogância do herói, e responsável por sua queda) ora de calculada submissão. Medeia é uma mulher injustiçada dominada pela paixão, em busca de soluções para sua existência trágica e agonizante: “O crime de Medeia é o culminar de um processo que se vai desenvolvendo com implacável violência desde o princípio do drama, diluído em amargos monólogos

em que se dilacera a sua alma, presa entre a sede de revindita (vingança duma vingança/desafronta) e o amor maternal”. (ROCHA PEREIRA, 1968, p. 6-7)

Inconformada, Medeia clama por justiça e planeja virtualmente sua vingança, obtendo a solidariedade do coro de mulheres, cúmplices na miséria comum, que ouvem a exposição de sua condição de mulher desgraçada socialmente, traída pelo marido, somado ao agravante de ser uma mulher estrangeira, expatriada e fugitiva:

*De todos os que têm vida e têm noção,
nós, mulheres, somos o ser mais infeliz:
primeiro é preciso com excessivo dinheiro
comprar marido e aceitá-lo como senhor
seu, esse mal inda dói mais que o mal. [...] Ao chegar à sua nova morada e condições,
sem vir instruída de casa, deve adivinhar
qual o melhor convívio com o seu consorte.
Quando nos saímos bem destas fadigas,
e o marido convive sob o jogo sem violência
a vida é invejável; senão, a morte é melhor.
O homem, aborrecido com os de casa,
vai fora e afasta o coração do tédio
divertindo-se com amigo ou companheiro
mas nosso fado é fitar uma só alma.
Dizem que vivemos sem perigo a vida
doméstica, mas eles guerreiam com lança,
não compreendem que eu preferiria lutar
com escudo três vezes a parir uma vez.* (EURÍPIDES, 1991, p. 43-44)

Medeia desmistifica o casamento, apontando o malefício na vida social feminina, na medida em que seu sucesso depende do acaso ou da vontade política dos homens. Ou seja, neste contexto governado pelos valores varonis da “revolução tecnológica do ferro”, na qual a mulher desempenha papel adjutório semelhante ao do escravo, instrumento a serviço da procriação e da família, o casamento era um forçoso meio de garantir um pouco mais de inclusão no *modus vivendi* da sociedade grega.

Na “democracia ateniense” a participação era restrita e os direitos políticos eram exercidos apenas pelos cidadãos varões. Os estrangeiros, as mulheres e os escravos não possuíam cidadania e estavam proibidos pelas leis atenienses de participar do regime democrático. O discurso de Medeia denuncia a condição humilhante das mulheres na Grécia, a misoginia popular e ousou mostrar no palco como elas eram exploradas, excluídas da vida pública da Pólis, confinadas à casa e aos humores do consorte. A condição de submissão e a exclusão da mulher da arena pública foram dogmas mantidos sob silêncio durante todo o período da “revolução metalúrgica”. O *ethos* grego refere-se unicamente ao universo de discurso do homem; vozes femininas não tinham direito à

discórdia, fato compartilhado por outras culturas desse período, especialmente a tradição judaica patriarcal, prolongando-se por toda a Idade Média, quando a mulher foi demonizada pela tradição católica cristã. Em parte pela difusão de conceitos misóginos, cultivados desde a gênese do pecado original e a “queda do paraíso”, que atribuiu à mulher a maldição do parto, até a cremação de mulheres vivas em fogueiras públicas financiadas pela Inquisição.

Entre outros valores da peça de Eurípides, o avassalador ressentimento amoroso da heroína é o que mais nos atrai. Medeia fere todas as leis familiares e comete crimes para acompanhar Jasão e este, quando poderia desfrutar um convívio sereno, a abandona em troca do casamento vantajoso com a filha do rei Creonte. A fúria vingativa e a mágoa intratável de Medeia se fixam, então, no gesto mais terrível e ao mesmo tempo mais grandioso da decepção sentimental: depois de sacrificar a princesa e Creonte, ela extirpa o amor que adoecera aniquilando os seus frutos: mata os próprios filhos, uma forma de autodestruição.

Medeia percebe o jogo de Jasão, seu senso prático, imediatista, seu oportunismo individualista, mas seu universo é regido de forma diferente, não é o do pragmatismo, é o da paixão. E, com paixão, Medeia irá se desfazer daqueles a quem mais ama, para expurgar os males de sua consciência da paixão, da consciência de sua condição de mulher, de estrangeira, sem direito aos filhos, sem direito ao amor, mas consciente de sua loucura, Medeia não recua. Para a heroína, “o ultraje não deve ficar impune”. Sem dúvida, a grandeza de Eurípides reside neste incondicional apego ao drama existencial feminino: “lançando abertamente o descrédito sobre a apresentação tradicional dos deuses do Olimpo, Eurípides minava o culto das cidades-estados, já que este se projetara na deusa do panteão olímpico. (...) Em seu racionalismo, da mesma forma que em seu feminismo e na denúncia das atrocidades da guerra, Eurípides foi o arauto de uma nova era”. (TOYNBEE, 1975, p. 121)

6. Linguagem e poder: em busca de igualdade no éden da ciência

Expulsas do Jardim do Éden após a “queda”, na representação do imaginário bíblico, as mulheres foram proibidas de alimentar o espírito com frutos da árvore do conhecimento; assim, os conflitos apenas foram adiados, mas nunca deixaram de existir, estendendo-se para o conjunto das relações sociais, comprometendo o exercício da

cidadania plena em diferentes esferas da vida, do trabalho, família, educação, ciência e tecnologia.

A representação sociocultural e simbólica da mulher nos grandes sistemas religiosos (que monopolizaram o acesso à educação e à reprodução de valores plausíveis à lógica de manutenção do poder temporal sacerdotal e eclesiástico) corroborou para obliterar a voz das mulheres, privando-as do acesso ao conhecimento; fazendo-as desaparecer pouco a pouco até se tornarem objetos residuais da história. Tal fenômeno também é notório na produção intelectual e científica atual, onde ainda ocupam papel adjutório enquanto subproduto, alvo, objeto ou aposta do discurso masculino-patriarcal e hegemônico. Presume-se que a manutenção deste discurso técnico-científico-racional (apelo à objetividade, negação da subjetividade e ausência de paixões) contribui para mantê-las ainda mais distantes do acesso ao conhecimento e à informação (reduzidas à categoria de “assunto” sobre o qual se versa; sobre a qual apenas se fala, e não enquanto “sujeito”): tais classificações estereotipadas servem à manutenção das relações de poder em benefício dos agentes produtores de ciência, esmaecendo ainda mais a sua influência, turvando a possibilidade de construirmos a igualdade de gêneros neste século XXI.

As relações simbólicas funcionam como articulações das relações de classe e como tal são instrumentos de poder e dominação. Tais relações e cristalizações se fizeram sólidas na sociedade, mas novas representações da mulher se fazem e se farão. O sentido que conferimos ao misterioso poder reservado à sedução e ao feminino ao longo dos séculos teve a sua origem fundada em equívocos construídos pela tradição javista-cristã, passando pela misoginia medieval para tão-somente no final do século XX, tardiamente, portanto, ser reformulado em termos de igualdade de gêneros.

Muito do que já se disse antes sobre o feminino precisa ser expresso em outros termos, pois não existem “problemas” separados, nem há caminhos verdadeiramente opostos; tampouco há “soluções” que sejam apenas parciais, nem progressos por acumulação e nem opções sem retorno.

Linguagem e Poder são duas faces constitutivas dessa mesma hegemonia androcêntrica que se perpetuou ao longo dos séculos por intermédio de vozes masculinas incontestes na tradição das culturas judaica e cristã. Contudo, a supremacia

masculina conservou-se muito mais pela manutenção das *formas de organização social*, que encontraram respaldo e legitimidade, atestados pela solidez da linguagem, no interior da qual foi igualmente prescrito o lugar da mulher na história. Circunscrito à revelia e fora do reino da história (privadas do fazer e do saber), esse papel axiológico petrificado da mulher perpetuou as desigualdades de gênero, por meio de privilégios e relações desiguais, por definições e classificações estereotipadas do que é ser mulher e do que é ser homem; tais representações foram comumente manipuladas por quem monopolizou com exclusividade o acesso aos estudos, à linguagem e à produção de conhecimentos.

7. Considerações finais

É controverso o tratamento concedido à mulher pelas vozes masculinas no discurso rabínico tradicional tanto quanto na literatura misógina medieval, desde a patrística cristã e na cultura helênica. O propósito aqui foi apontar o deslocamento axiológico da mulher na história, pressuposto ideológico para manter afastada a voz feminina com a atribuição de papéis sociais e sexuais (ora misóginos ora encomiásticos) sob o controle do discurso dominante (masculino). Ora, nesse discurso androcêntrico, a mulher aparece como subproduto do homem e toda vez que se pensa o papel da mulher sob um viés diferente é preciso solicitar uma produção de discursos e saberes tanto mais pertinentes conforme a perplexidade causada pelo deslocamento produzido pelo discurso patriarcal. Talvez por isso seja tão difícil definir o *topoi* axiológico da mulher nos dias de hoje. “Não existe uma única definição do papel da mulher que possa ser extrapolado das fontes. Ao contrário, encontramos ao mesmo tempo igualdade e hierarquia, respeito e superioridade, admiração e receio, obediência e insubordinação, ação e passividade, compaixão e insensibilidade. [...] Falta um critério unívoco para definir o lugar dado à mulher no judaísmo”. (TOPEL, 2001, p. 2-3)

Como explicar a falta de definição do status ou do lugar axiológico da mulher perpetuado por tantos séculos? A causa histórica encontra-se no exercício opressivo do poder patriarcal judaico-cristão que, tratando a mulher como o alvo, o objeto ou a aposta de seu discurso masculino, não permitiu que ela participasse, nem falasse e nem fosse consultada a respeito. Tratando-a como “um texto” e fazendo da mulher um tema ou

assunto do qual se pudesse extrair uma essência, excluíram-na, enquanto essência, do palco histórico do mundo.

É preciso desvencilhar-se desta armadilha essencialista(lizante) de pensar e falar sobre as mulheres, retirando-lhes a própria voz em nome de um objeto de discurso qualquer. As vozes falantes, as manifestações da fala determinam o entendimento em torno de um assunto e inscrevem-no em seu código linguístico-cultural, o qual norteia a visão de mundo de seus partícipes. A voz da mulher nem sempre foi atualizada para que, na qualidade de ação, fosse marcada pela história, no entanto, essas ações com marcas na história é que conferem inserção e participação dos sujeitos como seres de cultura, e como seres de cultura os falantes são necessariamente seres de história. A inscrição do sujeito (homem ou mulher) ocorre no discurso do “Outro”, não sendo, pois, rigidamente fixada: passa por significativas modificações ao longo da história, de acordo com as tensões dialéticas em questão.

Que as mulheres ocupem o lugar da inocência ou do pecado, da castração ou da onipotência, da sexualidade desenfreada e ameaçadora ou de uma vocação ‘natural’ ao pudor e à castidade (conforme a proposta de Rousseau para a educação das moças), depende, em última instância, das ‘práticas falantes’, que por sua vez correspondem a tentativas de responder a deslocamentos ocorridos na sociedade ao longo do tempo — os quais, estes sim, escapam ao controle das vontades dos sujeitos. (KEHL, 1998, p. 29)

Com os avanços em direção à sociedade do conhecimento e a ruptura do silêncio no ambiente acadêmico em relação às imagens distorcidas e aos estereótipos que pesam sobre o feminino, abre-se espaço para o nascimento de um campo específico de pesquisa: “mulher e ciência”. A expectativa é que a superação das desigualdades de gênero dê maior visibilidade ao protagonismo feminino em diferentes áreas do saber científico. Mas, a mulher ainda aguarda ser reconhecida como igual. Equivale admitir que merece, pois, maior espaço e reconhecimento no Éden da ciência, do que até então lhe foi logrado desfrutar por força de muita luta e conquistas.

Referências

- ANDRADE, C. D. de. “A Federico Garcia Lorca”. **Antologia poética**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983, p. 93-94.
- ASHERI, M. **O judaísmo vivo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.
- BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Geográfica, 1999.

- BLOCH, R. H. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- BORGES, M. de L. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 672-74, set.-dez. 2005.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOYARIN, D. **Israel carnal**: lendo o sexo na cultura talmúdica. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- BUCHMANN, C. & SPIEGEL, C. (Orgs.) **Fora do jardim**: mulheres escrevem sobre a Bíblia. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- CAMPOS, H. de. **Bre'shith**: a cena de origem. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- EURÍPIDES. **Medeia**. Trad. Jaa Torrano. São Paulo: Hucitec, 1991.
- FROMM, E. **O espírito da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FUNDAÇÃO Fritz Pinkuss. **O Shabat**. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 1961.
- GUINSBURG, J. **O judeu e a modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- HAUSER, A. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- MALOGOLOWKIN, M. (Org.) **Shabát**: a consagração do repouso - a crença no Deus único, criador do universo. Rio de Janeiro: Exodus, 1998.
- NOGUEIRA, C. R. F. **O diabo no imaginário cristão**. São Paulo: Edusc, 2000.
- OSTRIKER, A. O pai aleitador. In: BUCHMANN, C. & SPIEGEL, C. (Orgs.) **Fora do jardim**: mulheres escrevem sobre a Bíblia. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 64-5.
- RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ROCHA PEREIRA, M. H. da. Prefácio. Eurípides: **Medeia**. Coimbra: Atlântida, 1968.
- SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHMITT-PANTEL, P. "A criação da mulher": um ardid para a história das mulheres? In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R. (Orgs.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, p. 129-156.
- SCLIAR, M. **Judaísmo**: dispersão e unidade. São Paulo: Ática, 1994.
- SZPICZKOWSKI, A. **Educação e Talmud**: uma releitura da Ética dos Pais. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002.
- TABAK, F. **O laboratório de Pandora**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TOPEL, M. F. Feminismo e feminilidade: algumas interpretações sobre o papel da mulher judia ortodoxa. In: **Anais Eletrônicos Seminário Internacional de História das Religiões**. Recife: Associação Brasileira, 2001.
- TOYNBEE, A. J. **Helenismo**: história de uma civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- VERUCCI, F. **O direito da mulher em mutação**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1999.
- YERUSHALMI, Y. **Zakhor**: história judaica e memória judaica. Rio de Janeiro: Imago, 1992.